

CIBEC/INEP



B0029117

POLÍTICA E RESULTADOS

1995 - 2002

Educação de
Jovens e Adultos

Ministério da Educação

Brasília - DEZ / 2002

7
17.014"1995-2002"

3823pej

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretária Executiva

Maria Helena Guimarães de Castro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Educação de Jovens e Adultos

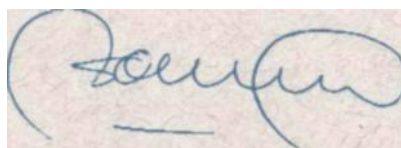
	Apresentação	4
I.	A Política de Educação de Jovens e Adultos.....	6
II.	O Programa de Alfabetização Solidária	11
III.	Evolução dos Investimentos Federais em EJA.....	13
IV.	As Matrículas em Educação de Jovens e Adultos - EJA	14
V.	O Impacto da EJA	19
VI.	Conclusão	20

Toda a produção editorial do Ministério da Educação, nestes oito anos, teve como objetivo primordial oferecer suporte para a implementação das reformas e políticas definidas em relação aos vários níveis e modalidades de ensino. O Ministério da Educação procurou liderar as transformações do sistema de educação de nosso país, evitando desenvolver diretamente as ações educativas, promovendo sua execução pelos estados, pelos municípios, pelo Terceiro Setor e pelas próprias escolas.

Evitamos assim a imposição de programas ou projetos definidos pelo Ministério, buscando sempre a persuasão para que fossem adotados pelas instâncias descentralizadas. Em um país federativo como o nosso, se o governo federal tiver a ilusão de que ele vai determinar, em cada momento, cada passo que vai ser dado, certamente se perderá numa tecnocracia soberba e sem eficácia. O nosso desafio na implantação das políticas foi criar uma estratégia para atingir o conjunto do sistema, efetuar uma mudança de cultura e conseguir resultados qualitativos. Por todas essas razões era preciso que os programas e projetos estabelecidos tivessem alta qualidade técnica para que fossem aceitos pelas outras instâncias de governo; por outro lado, era também importante ser convincente na argumentação.

Foi assim na Educação de Jovens e Adultos. A prioridade dada pelo governo Fernando Henrique Cardoso à educação, o sucesso do programa Alfabetização Solidária, do programa Recomeço e tantas outras iniciativas fizeram com que milhares de brasileiros voltassem a estudar, seja para se alfabetizar, seja para completar seus estudos indevidamente interrompidos.

As publicações neste período serviram justamente ao propósito de orientar os gestores do sistema de educação brasileiro sobre a implementação da política educacional. É esse também o propósito da presente publicação: a um só tempo, deixar o registro do muito que foi feito e buscar a sustentabilidade de políticas, programas e ações que, acreditamos, contribuem muito para a construção de um país melhor e mais justo. Na educação as coisas não acontecem da noite para o dia. O processo é lento, difícil. Por isso publicações desta natureza são importantes para explicitar rumos, balizar políticas e debates públicos.



Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

I. A Política de Educação de Jovens e Adultos

A educação para os jovens e adultos que não puderam ter acesso ao ensino básico, na idade própria, ou não puderam concluí-lo, era tida, até meados dos anos 90, como ensino supletivo, isto é, oferecia uma chance de recuperação da escolaridade e a possibilidade de obtenção de um diploma, propiciando a chance de uma melhor qualificação perante o mercado de trabalho. Entretanto, em que pese a grande importância que representava à sociedade, principalmente para a população de baixa renda, o supletivo, enquanto forma de ensino, necessitava integrar-se ao sistema educacional, de maneira a cumprir o postulado constitucional de garantir a todos -- crianças, jovens e adultos - o acesso ao ensino básico. Com a evolução do sistema de ensino brasileiro, fez-se necessário constituir a educação de jovens e adultos enquanto parte de uma política de educação, destinada a pensar e planejar o universo do jovem e adulto trabalhador ou não que busca o retorno à escola, considerando seus interesses, condições de vida e de trabalho.

A erradicação do analfabetismo e o aumento generalizado da escolaridade deveriam ser pensados em seu sentido mais amplo, como domínio de instrumentos da cultura letrada, das operações matemáticas, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da Constituição da sociedade brasileira. Mais ainda, deveriam envolver a

formação do cidadão responsável e preparado para enfrentar as questões da sociedade tecnológica emergente. A Constituição de 1988 havia firmado como dever do Estado a promoção e a oferta de ensino gratuito para os segmentos da população em situação de analfabetismo e de baixa escolaridade. Essa prioridade vinculava a Educação de Jovens e Adultos às tomadas de decisões da política educacional, merecendo atenção especial no Plano Nacional de Educação.

Até 1994, o esforço do Governo Federal na educação de jovens e adultos resumiu-se a algumas experiências de vulto na área da alfabetização, por meio do MOBREAL, criado em 1967, e de sua sucessora, a Fundação EDUCAR, criada no Ministério da Educação em 1985 e extinta no ano de 1990. A avaliação geral desses programas é controversa. De um lado, é inegável que essas entidades tiveram presença marcante na educação brasileira, constituindo-se em estruturas administrativas e burocráticas de porte, mobilizando somas importantes de recursos, com presença em grande parte do território nacional e com produção de material didático para a alfabetização de jovens e adultos. De outra parte, sua eficácia para reduzir os índices de analfabetismo foi bastante limitada.

Em primeiro lugar, foram baixos os índices de sucesso alcançados no processo de alfabetização propriamente dito; em segundo lugar, houve enorme processo de regressão à condição de analfabetismo provocada pela descontinuidade do processo educacional após a fase inicial da alfabetização e pela falta de estímulos locais nas pequenas comunidades do Norte e do Nordeste para a manutenção da cultura letrada.

Após a extinção da Fundação Educar, o esforço

pela educação de jovens e adultos ficou disperso em iniciativas locais de Estados e municípios, bem como em ações de entidades não-governamentais, muitas delas vinculadas à Igreja Católica. Cada uma dessas iniciativas adotava sua própria metodologia e produzia seu próprio material. A ação federal resumiu-se, até 1994, no apoio financeiro a muitas dessas iniciativas, mediante convênios com o FNDE.

A intenção do novo governo, instalado em 1995, de promover um apoio mais sistemático à educação de jovens e adultos esbarrou inicialmente na falta de material pedagógico e metodológico atualizado e adequado à realidade do país.

A primeira iniciativa tomada pelo Ministério em 1995 consistiu numa avaliação dos materiais disponíveis nas melhores experiências locais, tanto para a educação de jovens e adultos, quanto para a avaliação dos níveis de competência e aprendizagem desse segmento da população. No primeiro caso, foi selecionada a experiência municipal de Curitiba e, no segundo, a metodologia desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O material de Curitiba, entretanto, era essencialmente referido à realidade local, necessitando ser modificado para ser "nacionalizado", passando a refletir a diversidade cultural do país e permitindo sua utilização em todo o território nacional.

Estes dois materiais ~ a metodologia de avaliação de jovens e adultos e o material pedagógico para o ensino desse segmento da população - foram editados já em 1996 pelo Ministério, por meio de material impresso e audiovisual, e colocados à disposição de Estados, Prefeituras, Entidades não-governamentais e Empresas, integrando o

Programa de Educação para a Qualidade no Trabalho e o Prémio Educação para a Qualidade do Trabalho. O objetivo dessas duas iniciativas era assegurar que toda a força de trabalho de nosso país passasse a possuir pelo menos o nível equivalente à quarta série de ensino fundamental, chamando para tanto a colaboração de toda a sociedade, em especial, das empresas em relação a seus funcionários.

A atenção do governo à EJA consolidou-se em 1997, com a elaboração de outras duas publicações de fundamental importância: "Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos" para o 1º segmento do ensino fundamental e "Manual de Orientação para a Implantação do Programa de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental". Produzidas em parcerias com organizações da sociedade civil, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e Universidades, essas publicações fazem parte de um conjunto de materiais didáticos e de apoio aos alunos e professores de EJA.

Dando continuidade ao trabalho de prestar assistência técnica aos municípios e Estados, o Ministério da Educação elaborou material didático-pedagógico específico para o trabalho com jovens e adultos do 1º segmento do ensino fundamental, em sala de aula. Esse material compõe a coleção "Viver, Aprender", e compreende o material destinado aos alunos e professores. Foram distribuídas coleções para os sistemas de ensino estaduais e municipais. Esse material foi elaborado pela Secretaria de Ensino Fundamental, em convênio com a Ação Educativa, organização não-governamental especializada na Educação de Jovens e Adultos.

Posteriormente, em 2002, o Ministério da Educação elaborou e divulgou a "Proposta

Curricular para a Educação de Jovens e Adultos" para o 2º segmento do ensino fundamental, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem de 5ª a 8ª série da oferta de EJA das Secretarias de Educação dos Estados e dos municípios. Até então, todo o material elaborado nessa área destinava-se apenas às primeiras séries do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização.

Com estas publicações, a modalidade jovens e adultos teve material próprio e adequado para orientação curricular, estudo entre os educadores e estímulo à elaboração de propostas pedagógicas apropriadas.

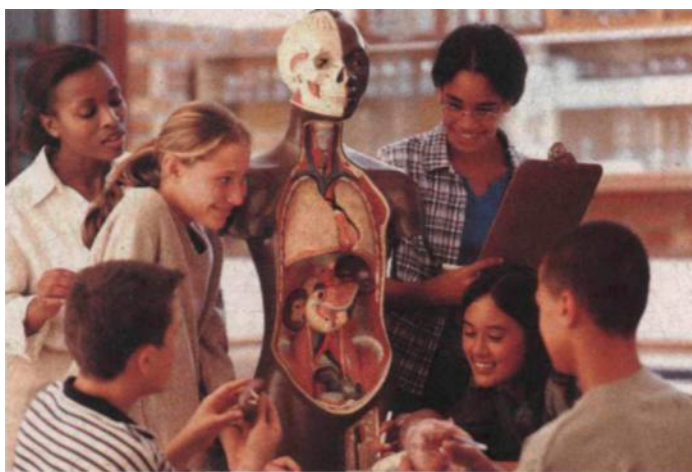
Em articulação com o Conselho Nacional de Educação - CNE -, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que se transformaram em normas legais, para todos os sistemas de ensino (Parecer nº 10 e Resolução CNE nº 01 de 05/07/2000). Essa Resolução teve o mérito principal de, além de fortalecer os pressupostos já presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996), explicitar a passagem entre o antigo supletivo e a atual Educação de Jovens e Adultos, ressaltar a

importância social dessa modalidade de ensino como direito, conceituando, caracterizando e fundamentando-a pedagogicamente.

Além da elaboração de materiais apropriados à modalidade e a articulação para a elaboração de diretrizes, o Ministério da Educação também priorizou a formação continuada dos educadores de jovens e adultos. Estas ações tiveram por objetivo melhorar a qualidade da oferta de ensino nesta área.

Para tanto, a partir de 1999, o Ministério da Educação implantou o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado - Parâmetros em Ação em EJA com o objetivo de impulsionar as Secretarias de Educação a promoverem a formação continuada de seus professores, por meio da organização de grupos de estudos permanentes e tendo por base a discussão e reflexão das Propostas Curriculares do 1º e 2º segmentos do ensino fundamental.

O grande impacto produzido pelo Programa, que envolve, atualmente, mais de 40.000 professores de EJA nos grupos de estudos, 2.619 coordenadores de grupo, 1.889 Municípios e 18 Estados participantes, evidencia a adequação da



proposta que veio em resposta à lacuna existente na área de formação permanente de professores, sobretudo na modalidade de EJA

O Ministério da Educação implementou, também, a partir do ano 2001, o Programa Recomeço, visando o apoio financeiro e técnico a Estados e Municípios para educação fundamental de jovens e adultos. Por intermédio desse Programa, estados e municípios com IDH igual ou menor que 0,500, que abrange toda a Região Norte e Nordeste e outros 390 municípios situados em microrregiões de nove outros estados, recebem um "per capita/ano", por aluno matriculado nos cursos presenciais com avaliação no processo. Esse per capita tem o valor de R\$ 250,00, sendo que o Programa atende em 2002 a um total de 1.601.842 alunos nas Regiões Norte e Nordeste.

Conforme dados do Censo Escolar, realizado pelo INEP, entre 2000 e 2002 (dados preliminares), houve um crescimento na matrícula de EJA nos sistemas públicos de ensino de 26%, em todo o país. Entretanto, é nas regiões Norte e Nordeste, onde o Recomeço tem maior inserção, que se verificam as maiores taxas de crescimento no período, sendo de 49% no Norte e 104% no Nordeste.

No mesmo período, além da ampliação da matrícula, observa-se o considerável crescimento do número de municípios, 946 em 2000 para 1.837 em 2002, que passaram a atender a modalidade de EJA, ou seja, um aumento de 94%.

Dois terços dos recursos financeiros investidos pelo Ministério da Educação na Educação de Jovens e Adultos destinam-se ao Programa de Apoio a Estados e municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos,' denominado

Recomeço - Supletivo de Qualidade. Seu objetivo é ampliar a oferta de vagas da educação fundamental pública para jovens e adultos, propiciando atendimento educacional, com qualidade, e aproveitamento de todos os alunos matriculados na modalidade, com presença em sala de aula, nas escolas públicas estaduais e municipais. A medida visa assegurar a permanência nos estudos desses alunos, muitos deles vindos do Programa Alfabetização Solidária.

O Ministério da Educação desenvolveu um eficiente sistema de informação e avaliação educacionais, ao longo dos últimos oito anos. Hoje, esse sistema contempla todos os níveis de ensino e tem como instrumentos os censos escolares, os censos especiais, a produção de indicadores educacionais e a realização de um conjunto de processos de avaliação, diretamente em relação ao desempenho dos alunos, quanto à avaliação por meio de comissões de especialistas, em visita às escolas e instituições de ensino superior. A Educação de Jovens e Adultos não poderia, portanto, ficar fora desse sistema.

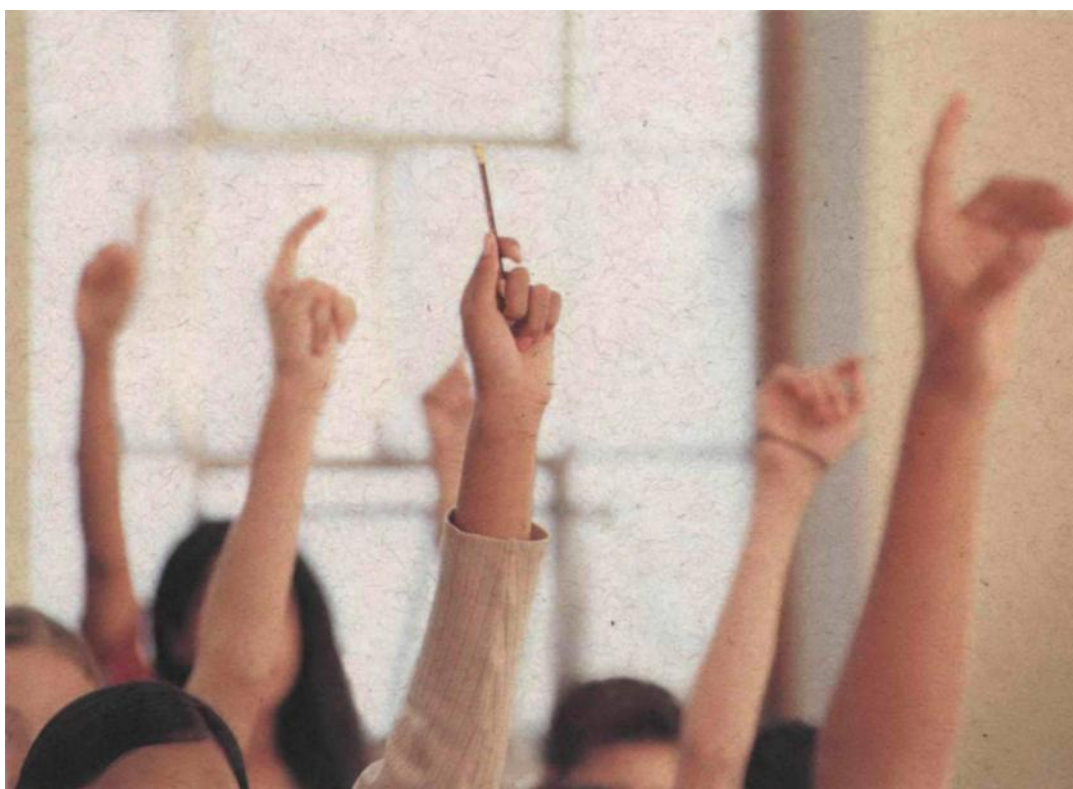
Para isso, foi criado o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCEJA O objetivo do exame é avaliar, em provas interdisciplinares e contextualizadas, as competências e habilidades básicas desenvolvidas pelos participantes de programas regulares e informais de educação supletiva, de níveis fundamental e médio. Para participar do ENCEJA os jovens e adultos precisam ter, no mínimo, 15 anos de idade, no caso do exame para o nível fundamental, e no mínimo 18 anos para o nível médio.

O ENCEJA foi pensado para que possa ser utilizado pelas secretarias estaduais e municipais de Educação como instrumento de certificação

de conclusão dos níveis fundamental e médio. A avaliação é destinada às pessoas matriculadas ou não, na escola, que estão acima da faixa etária adequada para cursar o ensino regular e ainda não concluíram essa etapa da escolarização. O conteúdo do Exame segue a Proposta Curricular para o 2º segmento do ensino fundamental e as Diretrizes Nacionais para Educação de Jovens e Adultos e encontra-se afinado com o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM -, estabelecendo a coerência de todo o Ensino Médio.

O Exame é realizado pelo Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -, responsável pelas avaliações em todos os níveis de ensino. Neste primeiro ano de implantação, o INEP contou com a parceria de duas secretarias estaduais e 25 secretarias municipais de Educação. As secretarias de Educação são responsáveis por definir e divulgar os critérios de utilização dos resultados, a inscrição dos candidatos, a aplicação e correção do teste e o envio das informações ao INEP para estruturação de um banco de dados. Para o primeiro exame do ENCEJA, realizado em novembro de 2002, inscreveram-se 14.195 pessoas, de 51 municípios, integrantes de 15 Estados da Federação.



II. O Programa de Alfabetização Solidária

3,6 Milhões de Alunos Atendidos em 6 anos

Criado em 1997 pelo Conselho da Comunidade Solidária, o Programa Alfabetização Solidária tornou-se uma referência na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A partir da proposta inicial de atingir os municípios com altas taxas de analfabetismo, desencadeou um movimento nacional de combate ao problema no país e tornou-se um importante instrumento de mobilização para aumentar a oferta pública de educação de jovens e adultos.

Um dos principais pontos de destaque da atuação do Programa Alfabetização Solidária é o modelo de parcerias desenvolvido com universidades, empresas e poder público. O Ministério da Educação desempenhou papel de fundamental importância no sucesso desta engenharia, participando como parceiro desde a criação do Programa.

No início, o desafio era trabalhar com as populações de 38 municípios que registravam os maiores índices de analfabetismo segundo o IBGE. O Programa chegou a estas localidades contando com a participação de 11 empresas e pouco mais de nove mil alunos. Seis anos depois, é gratificante constatar pelo Censo do IBGE números animadores de redução de analfabetismo nos municípios beneficiados.

O Programa Alfabetização Solidária atinge,

ao término de 2002, com a implantação do módulo XII, a marca de 3,6 milhões de jovens e adultos atendidos em todo o Brasil. Com o trabalho desenvolvido e o apoio de uma sólida rede de parceiros, entre universidades, empresas e poder público, foi possível atingir 2.010 municípios em 21 estados da União.

A participação de empresas permitiu expandir o Programa para um terço dos municípios brasileiros. Esse mesmo modelo de parcerias começado com a iniciativa privada foi estendido com sucesso para governos estaduais e municipais e pessoas físicas. Parceiros privados adotam municípios e dividem com o Ministério da Educação o custo de R\$ 34,00 por aluno. Já o envolvimento de pessoas físicas contribuiu para que, a partir do segundo semestre de 1999, o Programa atingisse os grandes centros urbanos. Cidadãos solidários também adotam alunos e dividem com o Ministério da Educação o custo/aluno.

A atuação do Programa estimulou nos pequenos municípios a oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), gerando oportunidades para que os alunos concluíssem a escolaridade do ensino fundamental, mesmo fora da idade prevista. A continuidade dos estudos para alunos egressos do Alfabetização pode ser constatada no Censo Escolar do Ministério da Educação.

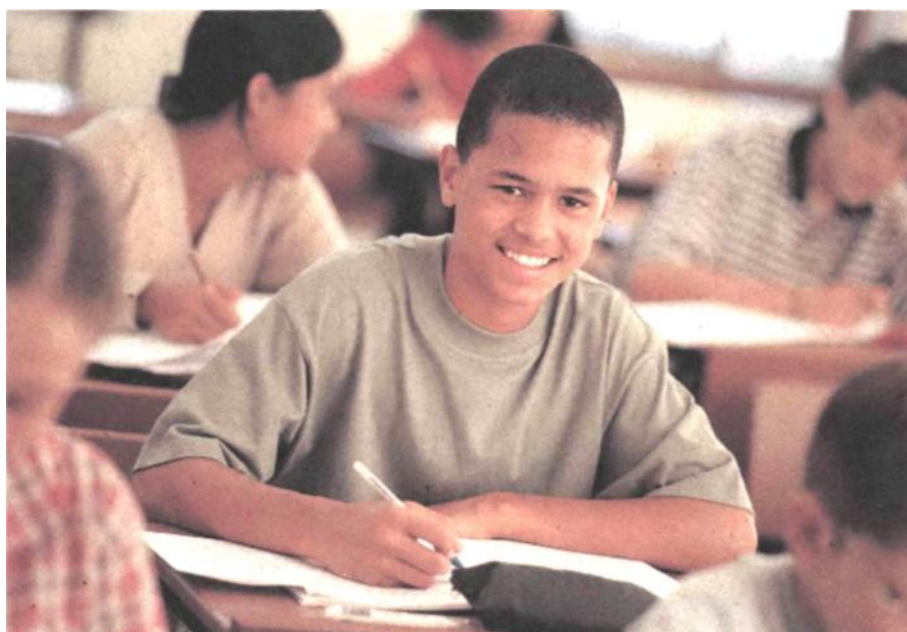
Os benefícios promovidos pelo Programa Alfabetização Solidária podem ser auferidos por indicadores que vão além da alfabetização. Nas comunidades onde se constatou evasão escolar por dificuldades de visão, por exemplo, ele desenvolveu o Projeto Ver. Nos últimos dois anos, distribuiu

gratuitamente cerca de 60 mil óculos. Para disseminar novas tecnologias e possibilitar o combate ao analfabetismo digital, instalou o Projeto de Alfabetização Digital em 20 municípios, distribuindo um total de 287 computadores doados por parceiros.

Graças a esses resultados, o Programa ultrapassou as fronteiras do Brasil. Nos últimos três anos, recebeu um prêmio da ONU e três da UNESCO, que o reconhece como um dos cinco melhores programas de alfabetização do mundo. Em 2000, tornou-se também exportador de tecnologia social para cinco países de língua portuguesa,

cooperando com os governos de Timor Leste, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola na estruturação de uma política de educação de jovens e adultos.

As inúmeras conquistas propiciadas pelo Programa resultam de uma somatória bem sucedida de fatores e procedimentos que, paralelamente à redução do analfabetismo, promoveram nos municípios atendidos a elevação da qualificação profissional, a melhoria da capacidade administrativa das prefeituras, a multiplicação de parcerias para resolução de problemas e o interesse por outros programas sociais.



III. Evolução dos Investimentos Federais em EJA

Nos últimos anos, houve uma evolução bastante significativa dos investimentos em Educação de Jovens e Adultos, especialmente em relação a 1994, quando só tínhamos os convênios do FNDE. O total acumulado de

investimentos em EJA passou de R\$ 248 milhões, até 1999, para R\$ 1,06 bilhão, até outubro de 2002 - em valores atualizados para este ano. Com o programa Recomeço, a EJA passou a contar com um grande incentivo, para o desenvolvimento das iniciativas de Estados e municípios, visando ampliar a oferta de vagas na Educação Fundamental. O programa trouxe para a EJA um aporte de recursos dez vezes maior do que vinha sendo alocado anualmente até então.

Tabela 01 - Investimentos do Governo Federal em Educação de Jovens e Adultos
BRASIL 1994-2002

Milhões de Reais a preços correntes

Anos	Convênios FNDE com Estados, Municípios ou ONGs	Programa Alfabetização Solidária (1)	Programa Recomeço	Total
1994	6,9	-	-	6,9
1995	11,2	-	-	11,2
1996	27,2	-	-	27,2
1997	33,9	-	-	33,9
1998	48,5	-	-	48,5
1999	30,0	-	-	30,0
2000	18,7	39,3	-	58,0
2001	17,4	94,1	186,0	297,5
2002 (2)	28,0	102,7	297,7	428,4
Total preços correntes	221,8	236,1	483,7	941,6
Total até 1999 (3)	247,8	-	-	247,8
Total até 2002 (3)	316,6	249,9	496,9	1.063,4

Fonte Ministério da Educação / FNDE

Notas:

(1) O Programa Alfabetização Solidária inclui nos exercícios de 2000 a 2002, R\$ 15,0 milhões executados na ação de apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental.

(2) O exercício de 2002 trata da execução orçamentária até 30 de outubro.

(3) Em valores constantes, atualizados para o ano 2002 pelo IGP-DI médio da FGV.

IV. As Matrículas em Educação de Jovens e Adultos - EJA

No início da década dos 90, metade dos jovens de 15 a 17 anos estava na escola, sendo que destes que estavam estudando, a grande maioria encontrava-se em atraso escolar, isto é, de cada dez jovens, sete estavam tentando concluir o nível de ensino fundamental e apenas três estavam cursando, de fato, o ensino médio. No ano 2000, o Censo do IBGE mostrou o aumento da proporção desses jovens na escola - a taxa de escolarização passou de 55% para quase 80%. Em 2000, verificamos que, de cada dez jovens, cinco encontravam-se no ensino fundamental, enquanto quatro de fato estudavam no ensino médio. É preciso creditar o fato de que 10% desses alunos do ensino fundamental retornaram à escola por meio dos cursos de Educação de Jovens e Adultos.

No grupo etário de 18 a 24 anos, a taxa de escolarização também cresceu. O número de estudantes de 18 a 24 anos de idade quase dobrou no período de 1991 a 2000. As matrículas na alfabetização de adultos cresceram cinco vezes no período, assim como aumentou em 500 mil o número de estudantes desta faixa etária no nível fundamental, como resultado da política de inclusão da EJA. Entretanto, mesmo aumentando o número de pessoas desta faixa etária cursando o nível de ensino fundamental, de 1,5 milhão para 2 milhões, a proporção destes no total de estudantes vem caindo, o que é um reflexo do aumento da escolaridade da população brasileira, nos últimos anos. Outro resultado significativo foi o crescimento dos estudantes no Ensino Médio, assim como dos que se preparam para os exames vestibulares. A educação de jovens e adultos tem participação neste crescimento, na medida que propicia aos estudantes em atraso escolar avançarem em seus estudos, de maneira a alcançarem o nível médio e habilitarem-se aos exames de acesso ao ensino superior.

Grupos Etários Anos	Total (1)	Taxa de Escolarização	Número de Estudantes (em milhares)					
			Alfabetização de adultos	Fundamental	Médio	Pré- Vestibular	Superior Graduação	Mestrado Doutorado
15 a 17 anos								
1991	5.122.516	55,3	8,7	3.603,2	1.461,1	10,0	19,0	-
2000	8.339.252	78,8	33,4	4.391,1	3.691,1	34,0	40,3	-
18 a 24 anos								
1991	4.026.378	20,8	14,9	1.523,3	1.536,8	111,8	833,2	6,4
2000	7.799.147	33,4	77,8	2.037,9	3.269,9	354,9	1.748,6	26,5
25 anos ou mais								
1991	1.449.539	2,2	51,5	484,9	317,9	25,8	523,6	45,8
2000	5.014.586	5,9	384,9	1.115,2	1.015,1	66,2	1.117,1	189,9

Fonte: Ministério da Educação; IBGE / Censo 1991 e Tabulação Avançada Censo 2000.
Nota: (1) O total inclui pessoas sem declaração do nível de ensino em que estão matriculados.

Os adultos com 25 anos ou mais de idade foram os que maior crescimento apresentaram entre os estudantes, nos níveis da Alfabetização, Fundamental e Médio. O número de matriculados em cursos de alfabetização de adultos aumentou 7 vezes. Nos cursos do nível Fundamental os estudantes duplicaram e no nível Médio triplicaram. Estes adultos foram os que mais se beneficiaram da inclusão escolar proporcionada pela Educação de Jovens e Adultos, passando de 1,4 milhão, em 1991, para mais de 5 milhões no ano 2000.

pessoas que haviam abandonado os estudos e não haviam completado o nível de ensino básico. Em 1995, mais de 60% das escolas eram da administração estadual, invertendo-se a proporção em 2002, quando as escolas municipais já representavam mais de 70% do total.

Em 1995, eram pouco mais de 2,7 milhões os estudantes atendidos em cursos presenciais com avaliação no processo. Em 2002, cerca de 3,8 milhões de estudantes estavam matriculados nesses cursos. As escolas

Tabela 3 - Número de Estabelecimentos que Oferecem Educação de Jovens e Adultos por Dependência Administrativa					
BRASIL 1995-2002					
Período	Estabelecimentos por Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1995	11.879	7	7.455	2.995	1.422
2002	35.707	5	8.301	25.513	1.881
Taxa de Crescimento					
1995/2002	200,6	71,4	11,3	751,9	32,3
Distribuição					
1995	100,0	0,1	62,8	25,2	12,0
2002	100,0	0,0	23,2	71,5	5,3

Fonte: Ministério da Educação/Inep/Sec
Nota 2002: Dados Preliminares

No tocante à infra-estrutura de ensino para a EJA, o Brasil apresentava, em 1995, cerca de 12 mil estabelecimentos que ofereciam a Educação de Jovens e Adultos. Em 2002, o número de escolas estava triplicado, passando para mais de 35 mil estabelecimentos, oferecendo esta modalidade de ensino em cursos presenciais com avaliação no processo. Grande número das escolas que passaram a ter a EJA foram aquelas de administração municipalizada, uma vez que coube às Prefeituras, com o apoio do Ministério da Educação, proporcionar o retorno à escola às

estaduais detinham mais de 60% dos alunos, no ano de 1995. A rede municipal, então com apenas 20% dos alunos, triplicou o número de vagas, passando a dividir, em 2002, com as escolas estaduais, a quase totalidade dos alunos (91,6%). Embora em maior número, as escolas municipais ensinam para a mesma quantidade de alunos das escolas estaduais. Isto porque as escolas estaduais apresentam uma média maior de alunos por escola (acima de 200), enquanto as escolas municipais montam turmas menores, com uma média de 70 alunos por escola.

Tabela 4 - Número de Alunos Matriculados em Cursos Presenciais, com Avaliação no Processo por Dependência Adiministrativa

BRASIL 1995-2002

Período	Alunos Matriculados por Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1995	2.752.214	594	1.657.384	563.296	530.940
2002	3.792.739	3.327	1.770.793	1.702.701	315.917
Taxa de Crescimento					
1995/2002	37,8	460,1	6,8	202,3	-40,5
Distribuição					
1995	100,0	0,1	60,2	20,5	19,3
2002	100,0	0,0	46,7	44,9	8,3

Fonte: Ministério da Educação/Inep/Seec
Nota 2002: Dados Preliminares

O nível Fundamental tem ocupado a grande maioria das vagas ofertadas no ensino de jovens e adultos (mais de 70%). Houve uma grande expansão de oferta no nível Médio (157%), de 1995 a 2002, e crescimento de 20% no nível da Alfabetização, no mesmo período. O ensino Fundamental cresceu 31%, com o ensino Médio ocupando o segundo lugar em volume de alunos matriculados.

A rede estadual abrange em grande parte o ensino Médio (73%), mas também atua no ensino Fundamental, com cerca de 40% dos alunos. A rede municipal atua mais de perto

nos cursos de Alfabetização (74%) e no ensino Fundamental (57%). O setor privado, por sua vez, atua complementarmente à rede pública estadual, no tocante ao ensino Médio, com 24% da oferta. Sua participação nos níveis da Alfabetização e no Fundamental é bem mais restrita.

A rede privada tem participação significativa na oferta de vagas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, sendo muito baixa no Norte e Nordeste. Nesta última, é a rede municipal que predomina (62%), naturalmente com a oferta de cursos nos

Tabela 5 - Número de Alunos Matriculados em Cursos Presenciais, com Avaliação no Processo por Nível de Ensino

BRASIL 1995-2002

Período	Alunos Matriculados por Nível de Ensino			
	Total	Alfabetização	Fundamental	Médio
1995	2.752.214	97.257	2.136.508	340.046
2002	3.792.738	116.946	2.801.461	874.331
Taxa de Crescimento				
1995/2002	37,8	20,2	31,1	157,1

Fonte: Ministério da Educação/Inep/Seec
Nota 2002: Dados Preliminares
OBS.: O total de 1995 inclui ainda 178.403 estudantes de supletivo profissionalizante

Tabela 6 - Distribuição dos Alunos Matriculados em Cursos Presenciais, com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa
BRASIL 2002

Nível	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	100,0	0,1	46,7	44,9	8,3
Alfabetização	100,0	0,0	22,1	74,0	3,8
Fundamental	100,0	0,1	39,6	56,8	3,5
Médio	100,0	0,1	72,7	2,9	24,3

Fonte: Ministério da Educação/Inep/Seec
Nota 2002: Dados Preliminares

níveis de Alfabetização e Fundamental. A rede estadual está presente majoritariamente em todas as regiões, com exceção do Nordeste. Principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste (Distrito Federal), a rede estadual é mais forte, suprimindo uma demanda maior pelo ensino de nível Médio.

Embora o nível Fundamental predomine em todas as regiões, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste a demanda pelo ensino Médio aparece sendo maior - acima de 30%, chegando a 40% no Centro-Oeste, em razão

da localização do Distrito Federal. O nível de ensino Médio apresentou crescimento acima dos 100% nestas regiões, desde 1995.

As regiões Norte e Nordeste experimentaram grande expansão dos cursos para jovens e adultos, em todos os níveis. As matrículas para o nível Médio aumentaram 480% no Nordeste e quase 230% no Norte; as matrículas para o nível Fundamental dobraram nas duas regiões. A região Norte, por sua vez, apresentou crescimento extraordinário nos cursos de Alfabetização.

Tabela 7 - Distribuição dos Alunos Matriculados em Cursos Presenciais, com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa, Segundo as Regiões
BRASIL E REGIÕES 2002

Regiões	Distribuição da Matrícula por Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	3.792.738	0,1	46,7	44,9	8,3
Norte	589.992	0,1	51,7	45,9	2,4
Nordeste	1.375.001	0,0	33,9	62,1	4,0
Sudeste	1.148.227	0,2	50,0	37,8	12,0
Sul	442.812	0,1	63,4	19,4	17,1
Centro-Oeste	236.706	0,0	61,5	24,2	14,2

Fonte: Ministério da Educação/Inep/Seec
Nota 2002: Dados Preliminares

Tabela 8 - Distribuição dos Alunos Matriculados em Cursos Presenciais, com Avaliação no Processo
Brasil e Regiões 1995 - 2002

	Matrícula por nível de ensino			
	Total	Alfabetização	Fundamental	Médio
1995				
Brasil	2.752.214	3,5	77,6	12,4
Norte	261.029	3,3	87,4	7,7
Nordeste	544.567	8,6	80,1	5,6
Sudeste	1.393.727	2,0	78,0	12,7
Sul	289.994	2,0	68,5	24,8
Centro-Oeste	262.897	3,1	70,9	15,3
2002				
Brasil	3.792.738	3,1	73,9	23,1
Norte	589.992	3,9	85,0	11,1
Nordeste	1.375.001	5,0	82,2	12,8
Sudeste	1.148.227	1,4	65,8	32,8
Sul	442.812	1,6	62,5	35,9
Centro-Oeste	236.706	0,6	58,6	40,8

Fonte: Ministério da Educação/INEP/SEEC.
Obs: O total de 1995 (100%) inclui estudantes de supletivo profissionalizante.
 2002 - Dados preliminares.

Tabela 9 - Crescimento da Matrícula em Cursos Presenciais, com Avaliação no Processo, por Nível de Ensino

Brasil e Regiões 1995-2002

	Total	Alfabetização	Fundamental	Médio
Brasil	37,8	20,2	31,1	157,1
Norte	126,0	163,6	119,9	227,6
Nordeste	152,5	46,9	158,9	483,0
Sudeste	-17,6	-40,1	-30,5	112,0
Sul	52,7	22,9	39,2	120,9
Centro-Oeste	-10,0	-82,6	-25,6	141,0

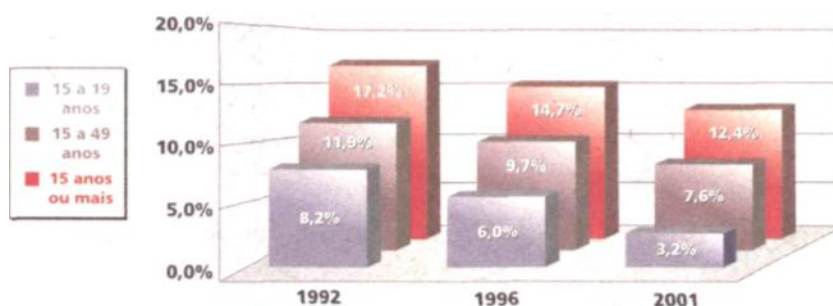
Fonte: Ministério da Educação/INEP/SEEC.
Obs: 2002 - Dados preliminares.

V. O Impacto da EJA

O crescimento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, desde os níveis da Alfabetização, passando pelo nível Fundamental, até os de nível Médio, teve grande impacto na taxa de analfabetismo. Sobretudo nas faixas de 15 a 19 anos de idade e de 20 a 49 anos foi possível reduzir bastante o analfabetismo, atingindo uma taxa já próxima do residual, entre os jovens de 15 a 19 anos e uma taxa de apenas um dígito entre os adultos de 20 a 49 anos.

A proporção de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade, sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade, foi reduzida no período de 1996 a 2000, conforme atestam os dados do IBGE. Todas as faixas etárias conseguiram reduzir a baixa escolaridade, assim como cresceu a proporção daqueles que passaram a ter 8 anos ou mais de instrução, o que equivale a terem escolaridade acima do nível Fundamental e, assim, estarem capacitados para o acesso aos níveis de ensino Médio e Superior (este último, naturalmente, para aqueles com 11 anos de estudo).

Gráfico 1 - Taxas de Analfabetismo da População de 15 Anos ou Mais
BRASIL -1992/2001



Fonte: Ministério da Educação; IBGE/PNADs.

Tabela 10 - Proporção da População com 15 Anos ou Mais de Idade, por Nível de Instrução, Segundo Faixas Etárias
BRASIL 1996-2000

Faixas Etárias	Sem instrução e menos de 1 ano		8 anos ou mais	
	1996	2000	1996	2000
15 anos ou mais	13,0	11,0	33,4	38,7
15 a 19 anos	5,4	3,4	32,4	43,4
20 a 24 anos	5,8	4,2	43,3	52,6
25 a 29 anos	7,0	5,4	42,7	47,8
30 a 39 anos	9,1	7,2	40,2	43,3
40 a 49 anos	15,5	10,7	32,3	37,2
50 a 59 anos	25,5	19,1	21,2	25,8
60 anos ou mais	41,0	32,7	12,9	14,2

Fonte: Ministério da Educação; IBGE/Contagem 1996 E CENSO 2000.

VI. Conclusão

O ensino Supletivo cumpriu, até 1994, importante papel na recuperação da escolaridade da população. Iniciativas como o Mobral e a Fundação Educar foram marcantes no território nacional, porém os resultados ficaram limitados em razão da descontinuidade das ações, no sentido da redução, de fato, do analfabetismo e do aumento da escolarização no país. Com a desativação desses programas, o esforço pela educação de jovens e adultos dispersou-se em iniciativas locais de estados e municípios e ações de entidades não-governamentais, muitas delas vinculadas à Igreja Católica.

A intenção do novo governo, instalado em 1995, foi a de promover um apoio mais sistemático a esse grande segmento da população, com significativa demanda para a retomada da escolarização, muitas vezes precocemente interrompida. Era necessário aparelhar e integrar a educação de jovens e adultos à política de educação nacional.

Para o desenvolvimento desse setor, algumas dificuldades se apresentavam. Não havia material pedagógico e metodológico atualizado para a realidade do país, o que exigiu providências do novo governo já em 1995, com base no estudo de experiências locais bem sucedidas nessa área. Foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, em articulação com o Conselho Nacional de Educação - CNE. Foram realizadas parcerias com organizações da sociedade civil, Secretarias Municipais e

Estaduais de Educação, para a produção e divulgação de publicações e material didático aos alunos e professores de EJA.

No aspecto financeiro, era necessário apoiar as iniciativas de educação voltadas para jovens e adultos. Assim, implementou-se o Programa Recomeço, que atende hoje a metade dos municípios brasileiros e mais de um milhão de alunos, com aporte de recursos dez vezes maior ao que era feito anualmente.

As regiões Norte e Nordeste experimentaram grande expansão dos cursos para jovens e adultos. No Nordeste, a rede municipal predomina, com a oferta de cursos nos níveis de Alfabetização e Fundamental. A região Norte, por sua vez, apresentou crescimento extraordinário nos cursos de Alfabetização. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste é o ensino Médio para jovens e adultos que apresenta maior demanda.

Sabe-se que os impactos das políticas governamentais levam alguns anos para serem sentidos por meio dos indicadores estatísticos. Entretanto, os esforços para a redução do analfabetismo e para o aumento da escolaridade média da população começam a mostrar resultados nos indicadores educacionais. A taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos chega a quase 80%. Em todas as idades houve aumento da escolarização, segundo o último Censo Demográfico. Nas faixas de 15 a 19 anos de idade e de 20 a 49 anos, na população brasileira, reduziu-se bastante o analfabetismo. Já se atinge uma taxa próxima do residual entre os jovens de 15 a 19 anos, enquanto entre os adultos de 20 a 49 anos a taxa já chega a apenas um dígito. Por outro

lado, a proporção de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade, sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade, vem sendo reduzida. Todas as faixas etárias conseguiram melhorar o nível de escolaridade, principalmente os adultos mais jovens, que apresentaram grande aumento na proporção dos que possuem escolaridade acima do nível Fundamental.

É preciso destacar, também, a integração da EJA ao sistema de informação, com os censos escolares e a produção de indicadores educacionais e avaliações educacionais do

Ministério. O Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCEJA - foi desenvolvido para cumprir esta tarefa. O conteúdo do Exame está plenamente de acordo com os Parâmetros para a Educação de Jovens e Adultos e com o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM -, de maneira a manter uma linha coerente em todo o Ensino Médio. Com o Exame busca-se avaliar competências e habilidades básicas desenvolvidas pelos participantes dos programas de educação supletiva, de níveis fundamental e médio.



Expediente

Ministro da Educação
Paulo Renato Souza

Secretária Executiva
Maria Helena Guimarães de Castro

Secretaria de Educação Fundamental
Iara Gloria Areias Prado

Secretaria de Educação Média e Tecnológica
Raul David do Valle Júnior

Secretaria de Educação Superior
Francisco César de Sá Barreto

Secretaria de Educação Especial
Marilene Ribeiro dos Santos

Secretaria de Educação a Distância
Pedro Paulo Poppovic

Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola
Antônio Floriano Pereira Pesaro

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Mônica Messenberg

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP
João Batista Gomes Neto

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes
Abílio Baeta Neves

Coordenação do Projeto
Sérgio Tiezzi

Pesquisa e Elaboração de texto
William Lonzar

Ministério da Educação Esplanada dos Ministérios Bloco "L" 70047-900 - Brasília - DF - Brasil <http://www.mec.gov.br>

Supervisão

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação
J W Thompson Publicidade Ltda.

Projeto Gráfico

Laerte Agnelli

Editoração

Companhia do Traço

Fotolito

Litokromia

Impressão e acabamento

Kriativa

Produzido em papel Reciclam da Cia Suzano - Papel offset 100% reciclado produzido em escala industrial no Brasil, feito a partir de aparas pré e pós-consumo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)